



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640008 - SP (2021/0012512-8)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : LETICIA CRISTINA DE MOURA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : LETICIA CRISTINA DE MOURA - SP337637  
DANIELA DANTAS VILLARDI BRAZ - SP436601  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : AYSLAM JHONATAS MOURA DE CARVALHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AYSLAN JHONATAS MOURA DE CARVALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO (HC n. 2271397-09.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em 30/09/2020 pela suposta prática do delito de lesão corporal de natureza leve, em âmbito doméstico familiar.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto a decisão carece de fundamentação idônea apta a justificar a imposição da medida, além de ter se baseado tão somente na gravidade abstrata do delito.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou a substituição por prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a necessidade de manutenção da prisão preventiva contra o paciente (fl.37):

[...]

*Ao que consta, CARVALHO estava proibido de se aproximar da sua ex-companheira Bethania Lara Antonio Moreira de Souza, em razão de tê-la agredido. Mas, a despeito dessa determinação judicial, CARVALHO foi à empresa onde Betânia trabalha e agrediu-a.*

*Assim, a medida excepcional se justifica, não só para a garantia da ordem pública, em face da natureza e da gravidade dos crimes atribuídos ao paciente, mas para assegurar a aplicação da Lei Penal. O conceito de ordem pública abrange, aliás, a própria credibilidade da Justiça Criminal, e a estabilidade do Estado de Direito e da Democracia. Portanto, é dever do Judiciário garantir a ordem pública, vale dizer, a segurança social, embora isto, às vezes, possa implicar até mesmo na tomada de medidas extremas, como a restrição da liberdade de alguém, desde que essa pessoa não se mostre em condições de participar da vida em sociedade, como é o caso de CARVALHO, até porque, em verdade, a própria vida da vítima está em risco.*

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência